

PREFÁCIO

PANORAMA DOS ESTUDOS CULTURAIS EM PORTUGAL

Decorrente do Seminário Avançado em Estudos Culturais, realizado em 2024 na Universidade de Aveiro, com a presença de vários investigadores portugueses, o presente livro constitui uma amostra dos rumos de investigação e do enquadramento institucional, ainda recente, incompleto e em processo, dos Estudos Culturais em Portugal. Nele podemos verificar a existência de vários tipos de apropriação deste campo de estudos. Vemos também delineadas várias perspetivas sobre o modo de lidar com a cultura e com as dinâmicas culturais de um ponto de vista contemporâneo, complexo e preocupado em transcender um acantonamento disciplinar pouco compatível com a abrangência e com o carácter contextual do seu modo de produzir conhecimento.

As reflexões e os temas apresentados são múltiplos e variados, mas três denominadores comuns podem ser assinalados: a saliência da transversalidade do político e das questões de poder como característica dos Estudos Culturais; a tentativa de perceber estes últimos nas suas articulações transdisciplinares; a demarcação da sua perspetiva relativamente a outras abordagens do estudo da cultura. Façamos, um a um, algumas reflexões sobre cada capítulo.

No capítulo intitulado *Sobre a necessidade de trazer de volta o político para a política e a prática do desenvolvimento*, Carlos Rodrigues lança um alerta sobre os condicionamentos que cada vez mais vão pesando sobre as práticas argumentativas e sobre o espaço de pensamento crítico que elas alimentam. Por um lado, o autor relaciona a famosa TINA (*There Is No Alternative*) com a tendência para o estabelecimento de um pensamento único que valoriza o consenso e desqualifica o contraditório. Por outro lado, e analisando como a forma certas palavras, por exemplo, “sustentabilidade”, vão sendo esvaziadas por uma utilização que as vul-

garizam e, ao mesmo tempo, as dissociam da sua premência política e moral, Carlos Rodrigues alerta para a letargia a que o neoliberalismo conduz ao esvaziar o pensamento e as palavras dessas conotações políticas e morais que são essencialmente local de controvérsia. O assunto torna-se ainda mais grave quando se pensa naquilo em que a Universidade se tem vindo a tornar. Se, supostamente, na Universidade “há espaço para argumentar, que se espera que as instituições de ensino superior (IES) sejam um lugar em que o pensamento crítico é encorajado e qualquer tipo de *pensée unique* orientado pela TINA é evitado”, o facto é que também as IES têm sido capturadas por posturas que insistem num consenso que evite quedas na “Wall Street” intelectual em que competem, preocupados com a sua boa colocação nos *rankings*.

A conclusão é feita sobre a forma de alerta: “consequentemente, o debate tão necessário sobre a sustentabilidade como um conceito inerentemente conflitual e, portanto, político, é rejeitado no contexto institucional onde, por definição, esta rejeição deveria ser altamente improvável de ocorrer. Daí que a ‘universidade consensual’, que equivale a uma ‘universidade conformada’ neoliberal, impeça as instituições académicas de serem a fonte do pensamento crítico e da diversidade intelectual”. Alerta que é também um apelo à resistência e à transformação.

O modo como é perspectivado o ensino e a investigação em Estudos Culturais no ISCAP é-nos trazido pela mão de Clara Sarmiento, que enfatiza a “exposição teórica problematizante, que motiva um debate crítico e dinâmico, onde os temas em estudo são acompanhados por leituras individuais e grupais, proporcionando uma compreensão e reflexão fundamentadas”. A tónica é colocada na indissociabilidade da teoria e da prática, com particular atenção aos fenómenos do mundo contemporâneo e a uma apropriação cívica do significado da interculturalidade.

Apresentando-se como um estudo atravessado pela compreensão das dimensões políticas que as questões culturais colocam, a autora apresenta pedagogicamente propostas conceptuais que se coadunam com os Estudos Culturais, referenciais teóricos para eles relevantes, e realça a interdisciplinaridade intrínseca envolvida nas investigações da cultura. Considera, além do mais, que os Estudos Culturais são importantes na formação integral de cada um e que colocam em cima da mesa questões relativas a

descrições e injustiças sociais decorrentes de modos naturalizados de encarar o mundo, muitas vezes conducentes a atitudes dogmáticas que é preciso saber desconstruir através da crítica, da problematização e da consideração do peso simbólico dos valores que norteiam as comunidades humanas e os seus imaginários.

Focando-se no caso específico dos Estudos Culturais em Portugal, Maria Manuel Baptista brinda os leitores com uma contextualização da emergência dos Estudos Culturais e sua progressiva expansão internacional, focando-se depois no modo como eles surgiram em Portugal e como se têm desenvolvido. Para além de constatar a afinidade das temáticas dos Estudos Culturais com as Ciências da Comunicação, a autora indica que as especificidades dos primeiros relativamente às últimas reside no seguinte: “os Estudos Culturais não visam estudar os aspetos técnicos dos media, mas interpretá-los como textos culturais que refletem e influenciam os valores e as práticas sociais, bem como as dinâmicas de poder”. É aliás nesse sentido que afirma que o “que os Estudos Culturais propõem é uma teoria da articulação entre a semiótica da cultura (ideologia) e a teoria materialista da cultura (as práticas), atravessadas por fenómenos de poder (do micro ao macro poder)”, o que aliás pode ser sintetizado na ideia que nesta área de investigação o denominador comum é a junção da teoria, da cultura e da ação cívica.

A autora debate ainda questões sobre a dimensão transdisciplinar dos Estudos Culturais, afirmando que se trata de uma transdisciplina pelo facto das articulações produzidas por estes estudos serem não só espacial e temporalmente situadas, mas, também, essencialmente conjunturais, não descurando a relevância prática das teorias e a sua ligação a situações multidimensionais e complexas. Oferece ainda uma distinção entre Estudos de Cultura e Estudos Culturais, enfatizando que os primeiros seguem uma tendência mais descritiva e focada nos produtos, visando os segundos averiguar os processos através dos quais os significados são produzidos, postos em circulação e se repercutem nas dinâmicas de poder, de transformação ou de resistência das organizações sociais.

Assumindo uma perspetivação filosófica dos Estudos Culturais, Moisés de Lemos Martins apresenta-os sob o pano de fundo das coordena-

nadas que pautam o pensamento contemporâneo, a começar pelo princípio da historicidade, que contrapõe ao paradigma fundacionalista da tradição. Com isso realça a dimensão situada e perspectivada de todo o conhecimento, descartando pretensões epistemológicas absolutistas e dogmáticas. É precisamente nesta racionalidade que cruza interpretação e argumentação, e que procura pensar um mundo sempre traspassado pela cultura, que o autor situa os Estudos Culturais. Aliás, assinalando a convergência entre Estudos Culturais e Ciências da Comunicação, propõe conceber esta convergências com o que designa “Novas Humanidades”. Na realidade, estas têm sempre no horizonte pensar o humano e, na contemporaneidade, torna-se incontornável refletir sobre a mobilização tecnológica que atinge o humano. Mas torna-se também importante proceder a uma aproximação abrangente da cultura de forma a considerar as práticas mundanas de que ela se tece e na qual se plasmam as relações de poder.

Movido pela interrogação sobre o humano, a pergunta crítica que se coloca é como habitamos e somos habitados pelo mundo do qual somos herdeiros e cujas tensões e dinâmicas se refletem nos nossos modos de ser, pensar e agir. E, acrescenta-se, nos imaginários que construímos como bússola para um futuro a vir, num cruzamento de um sonho que se faz utopia e que resiste às reduções mercadológicas e unidimensionalizantes do pensamento. Ora, é em defesa de um pensamento que é capaz de lidar com o imprevisto e com a incerteza, não deixando todavia de ser capaz de sonhar, que Moisés de Lemos Martins procura superar a tendência niilista que emerge no horizonte da nossa modernidade tardia. Entre a busca de fundamentos absolutos e a condição caótica de uma arbitrariedade radical, há que considerar os fundamentos suficientes que nos enraizam espacial e temporalmente no mundo e que tornam significativas e solidárias as nossas práticas e a nossa relação com as forças de poder que as atravessam.

Vivemos tempos desafiantes que assinalam uma crise do humano e da cultura, e dela são expressão as “biotecnologias [que] fantasiam melhorar a vida humana”. No entanto, e mantendo o horizonte do futuro em aberto, o autor recorda a frase de Holderlin, segundo a qual “lá onde está o perigo, também está o que salva”.

No capítulo assinado por Rita Himmel é tematizada a articulação entre os Estudos Culturais e as Humanidades Digitais. Assumindo a radicalidade

da perspectiva específica da epistemologia dos Estudos Culturais, na qual se dá uma articulação entre a ideologia e a materialidade das práticas concretas, a tónica é colocada na transversalidade da política e das questões de poder. É claro que, nesta forma de abordar os Estudos Culturais, a questão da migração para o digital nas suas repercussões sociopolíticas não pode ficar de fora. Aliás, a mediação digital penetrou já nas Humanidades, tendo dado origem às chamadas “Humanidades Digitais”, fenómeno que obriga a repensar as próprias Humanidades. Mais do que deter-se nas transformações que o impacto do digital nas Humanidades tem tido — obrigando a repensar metodologias e modos de produzir conhecimentos —, ou então numa visão instrumental do digital, Rita Himmel enuncia a questão de saber como se devem colocar os Estudos Culturais perante o crescendo da vida digital na cultura contemporânea.

Fazendo da crítica — na sua capacidade de desconstruir relações de poder e de cartografar fenómenos sociais de relevância prática — a autora propõe que o modo dos Estudos Culturais lidarem com o fenómeno da digitalização e da Inteligência Artificial é o de elaborarem uma teoria crítica do digital, uma perspectiva que permite fazer emergir as Humanidades Digitais Críticas. Assim, faz notar que a “integração de métodos computacionais nas Ciências Sociais e Humanidades provocou uma profunda transformação, que mais do que uma ferramenta, é uma força poderosa que molda a nossa compreensão do mundo e influencia as estruturas sociais. É necessário encarar estas ferramentas de forma crítica, questionando os pressupostos e as implicações dos métodos computacionais”.

Dando sequência à sua linha de pensamento, interroga-se também acerca do que poderiam ser os Estudos Culturais Digitais, apontando que estes poderão incidir sobre as questões da colonialidade/decolonialidade e sobre o paradigma epistemológico eurocêntrico nas suas tentações hegemónicas, bem como as bandeiras da neutralidade e da objetividade científicas. Acrescenta também questões sobre a dinâmica do capitalismo e, de uma forma mais geral, questões relacionadas com o facto de que a “própria vida mediada digitalmente tem em si particularidades que uma visão crítica das Humanidades Digitais não pode ignorar”. Com efeito, nesta perspectiva há que pensar o que é a vida capturada pelo digital, com que tipo de novo colonialismo nos defrontamos e que desafios tudo isso coloca ao humano.

No capítulo que encerra a presente publicação, propõe-se a ideia de que os Estudos Culturais serão mais bem praticados se se afastarem de paradigmas epistemológicos mais restritos na sua incidência disciplinar e se assumirem como investigações desenvolvidas no âmbito epistémico. O epistémico, ao invés da epistemologia tradicional, não dissocia o conhecimento e a produção de saberes do horizonte mais alargado da cultura em que se inserem. Neste movimento, não se dissocia a produção de conhecimento das questões relativas ao valor do conhecimento, ou seja, dos seus valores epistémicos. Assim, indo ao encontro de uma perspetiva crítica radical, é possível questionar valores epistémicos como a objetividade, a certeza ou a neutralidade e, ao mesmo tempo, enraizar a produção de conhecimentos em modos culturalmente diferenciados de conviver e de estar no mundo. Por exemplo, a “dominação da natureza” foi durante muito tempo (e ainda é) um valor epistémico que justificou, e justifica, certas práticas de exploração associada a uma visão da natureza como recurso ilimitado. Mas sabemos que nem todas as formas de conhecimento têm como objetivo a dominação e, em várias culturas e comunidades, predominam valores epistémicos como o respeito e o equilíbrio face ao mundo circundante.

Esta passagem do epistemológico ao epistémico permite também articular a filosofia (na sua vertente argumentativa e retórica) e os Estudos Culturais, consolidando a atitude crítica destes últimos e dando um sentido renovado — e afastado de conotações metafísicas tradicionais — ao filosofar. Assim, propõe-se neste capítulo uma passagem que, indo do epistemológico restrito para o epistémico amplo, acaba também por revelar a fecundidade das afinidades — aliás, pouco tematizadas — entre filosofar e Estudos Culturais.

Eis-nos, pois, perante um esboço panorâmico dos Estudos Culturais em Portugal, feito na expectativa de que ele possa ajudar a prosperar este domínio de investigação e que fomente o debate das questões teóricas e da dimensão prática rumo a um enquadramento apropriado na ecologia contemporânea dos saberes.

Rui Alexandre Grácio